

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de Minas Class.: Terra / Demarcação
 Data 07/07/93 Pg.: 247

Falta de demarcação extermina indígenas

MONICA SANTOS

Diante da necessidade de barrar o extermínio dos índios e do reconhecimento de sua contribuição cultural para a conservação do meio ambiente, a causa indígena ganhou expressão dentro do movimento de preservação ambiental nos últimos anos. Conhecidos como "Guardiões da Natureza", assustam, porém, quando fogem a este padrão e ganham outro estereótipo de "selvagem". Guardiões ou selvagens, mas acima de tudo humanos, a maioria sofre com as agressões físicas, políticas e econômicas (principalmente extrativas e mineral), o que tem gerado graves conflitos e dificultado a demarcação de seu território.

"A ausência da demarcação contribui para inviabilizar esses povos", alerta o assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Paulo Machado Guimarães. Aponta a grave situação nas regiões de Roraima e Amazonas, ricas em mineral e pontos estratégicos de defesa militar. Na faixa de 150 quilômetros de fronteira do Brasil com outros países existem cerca de 80 grupos étnicos. As Forças Armadas têm interesse na área e pressionam o governo, por exemplo, a rever os limites das terras dos Ianomanis, homologada e demarcada no governo Collor.

Pressões

Os povos dos territórios na Serra do Sol, em Roraima, com



O governo Collor usou índios como marketing político mas, na realidade, eles estão desamparados

quatro grupos étnicos, e do Alto Rio Negro, com 19, têm sofrido também a pressão da extração mineral. Esse foi o conflito enfrentado também pelos Macuxis em Roraima. "Amazonas e Roraima são as áreas que mais polarizam no momento os interesses políticos-econômico e militares", adverte o advogado.

Aos três fatores que têm dificultado a demarcação das terras, Guimarães soma a falta de vontade política. Por isso, existem cerca de 240 áreas que já fo-

ram identificadas como indígenas, mas até o momento não tiveram seus limites respeitados, mesmo a Constituição Federal obrigando que até outubro deste ano sejam feitas todas as demarcações em todo País.

Cabe à Fundação Nacional do Índio (Funai) delimitar as áreas, cujo processo é enviado ao Ministério da Justiça. Para que isso ocorra são dados três passos: identificação, explicitação dos limites e demarcação - a parte mais onerosa - porque envolve

trabalhos de topografia. Mas antes que isso ocorra, a documentação passa pelo aval da Presidência da República.

No governo Collor mais de 25 áreas foram declaradas indígenas e cerca de cem homologadas. Mas segundo o advogado, tudo não passou de marketing político e dentro do contexto da realização da Rio-92. "Não foram liberados recursos para a realização dos trabalhos de demarcação nem para assistir aos povos", denuncia.

Colonização reduz tribo

A base da colonização mineira extrativista e mineral causou uma violenta destruição dos povos indígenas que habitavam a região. Das 130 nações que aqui viviam, apenas três resistiram à exploração econômica - Maxacali, Krenak e Xacriabá - apesar de ainda enfrentarem problemas com as demarcações de suas áreas.

A área dos Krenak de 3.983 hectares, em Resplendor, com 112 índios, se restringe atualmente a 129 hectares, já que se localizam também no local cerca de 53 titulados da Ruralminas, que ocupam o restante do terreno. A área está sob litígio e se encontra em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Os 390 Maxacalis também lu-

tam pela posse total de uma área na Aldeia Água Boa, em Bertópolis, cortada por uma fazenda de 12 quilômetros. Eles ocupam uma área de 2.442 hectares e querem uni-la, se apossando da fazenda, à área de Pradinho, que possui 1.028 hectares e abriga mais 330 índios Maxacalis. Essa ação também tramita na Justiça.

Já os cinco mil Xacriabás estão localizados em 46.415 hectares em Itacarambi, cuja área foi regularizada em 1979. Os povos Pataxós, que se deslocaram do Sul da Bahia para Minas Gerais, aguardam revisão dos limites de sua área de 3.269 hectares. Vivem ao todo no local cerca de 220 índios.